

6/4/2018

“Piloto” em execução ainda este ano Janela Única Logística entra em funcionamento em 2019

Há 12 anos, a secretária de Estado dos Transportes da altura, Ana Paula Vitorino, deu o pontapé de saída para a implementação da JUP – Janela Única Portuária. No início de março deste ano, a agora ministra do Mar, anunciou o lançamento da JUL – Janela Única Logística, que irá permitir a integração num balcão virtual de todos os serviços e modos de transporte associados às cadeias logísticas portuárias. E Ana Paula Vitorino já avisou: não vai permitir atrasos a ninguém!



Há semelhança do que já tinha acontecido com a JUP, o Porto de Sines voltou a ser um dos locais escolhidos para testar a nova JUL e também para a sua apresentação. Numa cerimónia presidida pela ministra do Mar, Ana Paula Vitorino – e que contou com as presenças de vários membros do Governo, como o ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, o ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, e os secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendes; da Defesa, Marcos Perestrello; e das infraestruturas, Guilherme D’Oliveira Martins – foram assinados os protocolos e contratos que dão início à implementação desta solução tecnológica que irá permitir colocar os portos nacionais na liderança do «estado-da-arte dos processos de digitalização portuária». Segundo a ministra, «**com a integração marítimo-ferroviária e marítimo-rodoviária os benefícios diretos para os protagonistas económicos ligados aos portos, será de cerca de 50 milhões de euros**» no primeiro triénio. Neste sentido, com a JUL, os atores das redes logísticas e as autoridades irão poder partilhar informação em tempo real e alinhar os seus processos para garantir o maior nível de sincronização das operações. No *hinterland* dos portos nacionais, a JUL irá definir processos harmonizados e otimizados e será suportado o desenvolvimento de corredores sincromodais transfronteiriços, envolvendo Portugal e Espanha. Serão ainda desenvolvidos novos formatos ágeis e desmaterializados

de relacionamento com as autoridades. E, finalmente, os processos de última milha passarão também a ser cobertos através de aplicações simples e de baixo custo.

Para a ministra, «**estamos a aumentar a competitividade da nossa Economia**», realçando ainda que «**com a introdução da JUL e da FUP – Fatura Única Portuária estamos a passar para a indústria dos portos 4.0 – os portos digitais**».

Ana Paula Vitorino referiu que «**já se tinham integrado todos os serviços de âmbito portuário (com a JUP) e agora foram estendidos para o resto do território, juntando as ligações ferroviárias, rodoviárias e plataformas logísticas. Pretendemos diminuir tempos de serviço, aumentar a segurança e monitorização, e queremos que essa modernidade chegue às plataformas logísticas**».

Para a responsável pela tutela do Mar, «**temos aqui um investimento de 5,1 milhões de euros, dos quais 85% financiados a fundo perdido pelo Compete 2020, portanto o Estado paga menos de um milhão de euros [...] e a Economia consegue internalizar esse custo e além disso ter um benefício de 50 milhões de euros nos três anos seguintes**», adiantando ainda que «**não estamos aqui para defender capelinhas mas projetos de interesse público e a Economia nacional**».



Projeto-piloto em funcionamento até final do ano

O projeto-piloto da JUL vai começar agora a ser implementado e deverá estar pronto até final do ano, conforme referiu Ana Paula Vitorino: «**Gostava que no final do ano o piloto estivesse a funcionar em Sines e também desafio Leixões para que aí esteja a**

funcionar. No final do próximo ano (2019) estará em todos os cinco portos nacionais. O passo seguinte, será abranger os portos das regiões autónomas e os portos secundários».

No entanto, a ministra do Mar, que delegou no diretor-geral da DGRM, José Simão, a coordenação e responsabilidade de implementação da JUL, deixou um aviso aos principais envolvidos nesta primeira fase do projeto. Segundo a governante, **«os prazos são para ser cumpridos. De facto, não é assinar um contrato e depois arranjar um batalhão de advogados para justificar os atrasos. O piloto tem de estar em funcionamento este ano e a JUL tem de estar em funcionamento no próximo ano. E não há razão nenhuma para que não seja de forma contrária. Portanto, Engº. Simão (DGRM), Engº. Cacho (APP) e diretora Lúcia (APRAM), isto é para cumprir e se não conseguirem terão de ser substituídos por outros. E a Indra, se não conseguir diga já, para que se encontrem alternativas».** Recorde-se que a empresa tecnológica espanhola foi a responsável pelo desenvolvimento da JUP nos portos portugueses, tendo sido também a vencedora do concurso para a JUL. A Indra irá liderar um consórcio formado por seis empresas: a MITMYNID, a MARLO, a EGAPI, a Experience e a Sociedade de Advogados Andrade Dias & Associados. Durante a cerimónia, foram assinados os respetivos contratos entre a DGRM, a APP – Associação dos Portos de Portugal e o consórcio vencedor.

A sessão foi ainda aproveitada para a assinatura dos protocolos com as entidades públicas e privadas que aderiram à JUL, como a IP – Infraestruturas de Portugal, Medway, Takargo, ALB – Área Logística da Bobadela, TVT – Terminal Vale do Tejo, SPC- Serviço Português de Contentores, Zaldeva, Plataforma Logística do Sudoeste Europeu, Aicep Global Parques, Transportes Luís Simões, Transportes Três Mosqueteiros, AGEPOR, ANTRAM, APAT, APOL, Ordem dos Despachantes Oficiais, Instituto Politécnico de Setúbal e Escola Superior Náutica Infante D. Henrique.

Ana Paula Vitorino, disse ainda esperar «a participação de mais entidades no projeto da JUL. Sim, temos vários operadores logísticos e rodoviários mas existe um sem número de operadores que gostaria que se juntassem a nós e tornassem este processo universal». A ministra acrescentou que tem a «convicção de que estamos a fazer o melhor pelo país, indústria, e a baixar custos e a elevar a eficiência da nossa logística».

A ministra do Mar aproveitou ainda a ocasião para, em Sines, anunciar a criação do conceito legal de “Porto Seco”, revelando que brevemente entrará em funções um grupo de trabalho que irá **«definir todo o quadro legal e também se existe ou não uma rede preferencial de implementação»** de plataformas logísticas a nível nacional.

Uma plataforma aceleradora da inovação no negócio multimodal

Como já foi referido, a JUL será uma evolução da já existente JUP, alargando o seu âmbito a todos os meios de transporte terrestres, portos secos e clientes finais.

No âmbito daquilo que são consideradas como boas práticas europeias ao nível portuário e do *shipping*, a JUL irá permitir concretizar uma estratégia de transformação digital alinhada com as últimas tendências de evolução do negócio portuário, assim como suportar processos de colaboração e interoperabilidade ao nível das redes logísticas, alcançando o *hinterland* e *foreland* dos portos. Por outro lado, a necessidade de harmonizar processos, tecnologia e mecanismos de troca de informação entre os portos nacionais, levaram a Tutela a avançar com este projeto, que se encontra enquadrado no Simplex Mar.

Segundo o Ministério do Mar, *“o desenvolvimento da JUL surge num momento de transformação da realidade competitiva dos portos. Para apresentar propostas de valor diferenciadas, a atividade portuária depende agora, cada vez mais, da digitalização e da adoção de novas formas de colaboração e integração nas redes logísticas”*.



A visão para a JUL assenta em dois desafios fundamentais: Concretizar a transformação digital do sistema logístico e portuário nacional e colocar de novo os portos nacionais na liderança do estado-da-arte dos processos de digitalização portuária.

A plataforma vai assim afirmar-se como uma plataforma aceleradora da inovação no negócio multimodal, explorando conceitos de última geração em domínios como o *blockchain*, redes sincromodais e o conceito *smart*.

Com a JUL, os atores das redes logísticas e as autoridades irão partilhar informação em tempo real e alinhar os seus processos para garantir o maior nível de sincronização das operações. No *hinterland* dos portos nacionais a JUL irá definir processos harmonizados e otimizados e será suportado o desenvolvimento de corredores sincromodais transfronteiriços, envolvendo Portugal e Espanha.

Serão ainda desenvolvidos novos formatos ágeis e desmaterializados de relacionamento com as autoridades. Os processos de última milha passarão também a ser cobertos através de aplicações simples e de baixo custo.

Na ligação ao foreland dos portos nacionais, a JUL inicia uma nova fase de recolha de eventos de *tracking* globais para conferir aos seus utilizadores uma experiência com visibilidade total porta-a-porta. Esta realidade será suportada pela colaboração com sistemas portuários noutros países. E também com grandes plataformas e *market-places* de carga.

Tal como referido pela ministra, Ana Paula Vitorino, o projeto da JUL irá desenvolver-se em seis fases: organização, concepção, construção, testes de pilotos, transição e garantia.

por Pedro Costa Pereira

Por:

Fonte: